

Para conter inflação, governo zera imposto de importação de alimentos

O governo federal anunciou na quarta-feira (11) que vai zerar a alíquota do imposto de importação de sete categorias de produtos alimentícios. A decisão foi tomada pelo Comitê-executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Ge-cex/Camex), do Ministério da Economia.

Em coletiva de imprensa para detalhar as medidas, o secretário-executivo da pasta, Marcelo Guarany, disse que o objetivo da medida é conter o avanço da inflação no país.

“Sabemos que essas medidas não revertem a inflação, mas aumentam a contestabilidade dos mercados. Então, o produto que está começando a crescer muito de preço, diante da possibilidade maior de importação, os empresários pensam duas vezes antes de aumentar tanto o produto. Essa é a nossa lógica com esse instrumento”.

Em abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação

oficial, fechou em 1,06%. Foi o índice mais alto para um mês de abril desde 1996 (1,26%). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que calcula o IPCA, a inflação acumulada em 12 meses está em 12,13%.

Segundo secretária da Câmara de Comércio Exterior, Ana Paula Repezza, a redução de impostos entram em vigor a partir desta quinta-feira (12) e valem até o dia 31 de dezembro deste ano.

Os produtos alimentícios que tiveram a alíquota de importação totalmente zeradas são: carnes desossadas de bovino, congeladas (imposto era de 10,8%);

pedaços de miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados (imposto era de 9%);

farinha de trigo (imposto era de 10,8%);

outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira (imposto era de 9%);

bolachas e biscoitos, adici-

onados de edulcorante (imposto era de 16,2%);

outros produtos de padaria, pastelaria, indústria de biscoitos, etc. (imposto era de 16,2%) e

milho em grão, exceto para sementeira (imposto era de 7,2%).

O Ministério da Economia informou que o impacto com a renúncia tributária pode chegar a R\$ 700 milhões até o final do ano. Não há necessidade de compensação fiscal, por se tratar de um imposto regulatório, e não arrecadatório.

“O imposto de importação tem uma função que não é arrecadatória, a função dele é de regulação de mercado. O motivo por trás é a regulação do mercado, seja para um lado, seja para o outro”, explicou o secretário-executivo adjunto da Camex, Leonardo Diniz Lahud.

Outras reduções

Além de zerar a alíquota de importação de produtos alimentícios, a Camex também reduziu

ou zerou o imposto sobre outros produtos importados. Dois deles são insumos usados na produção agrícola.

O ácido sulfúrico, utilizado na cadeia de fertilizantes, teve alíquota de 3,6% de imposto zerada. O mesmo ocorreu com o mancozebo, um tipo de fungicida, cujo imposto de 12,6% também foi a zero.

Foram reduzidos ainda os impostos de dois tipos de vergalhão de aço, atendendo a um pleito do setor de construção civil, e que já estava sob análise no Ministério da Economia. Esses vergalhões, que tinham imposto de importação de 10,8%, agora vão pagar 4%.

“A característica mais importante desses pleitos e que os diferenciam dos pleitos relacionados a alimentos, é que este é um pleito que vinha sendo analisado tecnicamente no ministério há pelo menos oito meses”, justificou Ana Paula Repezza, sobre a redução na tarifa de importação dos vergalhões de aço. (Agência Brasil)

IBGE: custo da construção sobe 1,21% em abril

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou inflação de 1,21% em abril deste ano. A taxa é superior ao 0,99% de março, mas inferior ao 1,87% de abril do ano passado.

Essa é a maior taxa de inflação mensal desde agosto de 2021. Com o resultado de abril, o Sinapi acumula altas de

preços de 3,52% no ano e de 15% em 12 meses.

O custo nacional da construção passou a ser R\$ 1.567,76 por metro quadrado, em abril. Os materiais de construção tiveram inflação de 1,86% no mês e passaram a custar R\$ 944,49 por metro quadrado.

Já o custo da mão de obra subiu 0,24% e ficou em R\$ 623,27. (Agência Brasil)

Inflação para famílias com renda mais baixa fica em 1,04%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou taxa de 1,04% em abril deste ano, a maior variação para um mês de abril desde 2003 (1,38%). Em março deste ano, a taxa havia ficado em 1,71%.

Segundo os dados divulgados na quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mês de

abril, o INPC ficou abaixo da inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou taxa de 1,06%.

No acumulado de 12 meses, no entanto, o INPC chegou a 12,47%, acima dos 12,13% apurados pelo IPCA.

Em abril, os produtos alimentícios tiveram inflação de 2,26%, enquanto os não alimentícios registraram taxa de 0,66%. (Agência Brasil)

Inflação oficial fica em 1,06% em abril, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, de abril foi 1,06%. A taxa ficou abaixo da registrada em março (1,62%). Mas, ao mesmo tempo, foi o índice mais alto para um mês de abril desde 1996 (1,26%).

Segundo dados divulgados na quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação acumulada em 12 meses chegou a 12,13%, acima dos 12 meses imediatamente anterior-

es e a maior desde outubro de 2003 (13,98%). A taxa acumulada no ano chegou a 4,29%.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta de preços em abril. Os alimentos, com inflação de 2,06%, tiveram o maior impacto no índice, no mês.

“Em alimentos e bebidas, a alta foi puxada pela elevação dos preços dos alimentos para consumo no domicílio (2,59%). Houve alta de mais de 10% no leite longa vida, e em componentes importantes da

cesta do consumidor como a batata-inglesa (18,28%), o tomate (10,18%), óleo de soja (8,24%), pão francês (4,52%) e as carnes (1,02%)”, explica o pesquisador do IBGE André Almeida.

Os transportes tiveram alta de preços 1,91% sendo o segundo principal responsável pelo IPCA do mês. Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 80% da inflação do mês.

Entre os transportes, o principal responsável pela alta de

preços foram os combustíveis que subiram 3,20%, com destaque para gasolina (2,48%).

Também registraram alta de preços os grupos saúde e cuidados pessoais (1,77%), artigos de residência (1,53%), vestuário (1,26%), despesas pessoais (0,48%), comunicação (0,08%) e educação (0,06%).

O único grupo de despesas com deflação (queda de preços) foi habitação (-1,14%), devido à queda de 6,27% no preço da energia elétrica. (Agência Brasil)

BNDES lança plataforma para impulsionar oportunidades de investimentos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou na quarta-feira (11) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos S.N.C., do México (Banobras) e a Alide, uma associação que reúne bancos de desenvolvimento da América Latina, a plataforma Latam Projects Hub.

Ela vai oferecer a investidores uma visão unificada de oportunidades de investimento em concessões, parcerias público-privadas e privatizações na região. Construída por iniciativa do BNDES, a nova plataforma incluirá informações estratégicas sobre os projetos.

Segundo a instituição, a intenção é aproveitar a carteira de projetos de infraestrutura e privatizações do banco, que, conforme ranking da consultoria Infragio, atualmente é a maior do mundo, e, ainda, a carteira do México, patrocinada pelo Banobras. Esse será o ponto de partida do inédito portal regional, que deve ser expandido a outros pa-

íses da região com o suporte do BID e da Alide. A associação atua como gestora do hub.

Para o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, é estratégico ter os ativos brasileiros posicionados ao lado de outros da região. “Isso permite ao investidor enxergar sinergia em operações multinacionais. Estamos numa competição global em que informação e transparência são dois ativos essenciais na atração de capital”, disse.

Com as informações, os investidores terão maior visibilidade, o que permitirá uma abordagem regional de portfólio e preparação em tempo para participar dos processos de licitação. “Igualmente, permitirá que instituições financeiras possam acompanhar o mercado de infraestrutura regional e buscar uma atuação multimercados”, informou o BNDES.

Sustentabilidade financeira

A nova plataforma contará, ainda, com informações sobre a sustentabilidade financeira, ins-

tucional, social, ambiental e climática dos projetos de infraestrutura, com apoio metodológico do BID.

Segundo o banco, há uma área na homepage do portal para filtrar projetos por país, setor, tipo de projeto e status. Quem clicar em um projeto de interesse terá também acesso a uma ficha com informações de destaque.

“Por meio das fichas de projeto a plataforma está conectada com o hub de Projetos BNDES e com o hub mexicano patrocinado pelo Banobras. A mesma lógica se aplicará aos futuros participantes”, indicou a instituição.

Para o diretor de Concessões e Privatizações do BNDES, Fábio Abrahão, o portal é uma plataforma regional que permitirá a identificação de oportunidades de investimentos para fundos e operadores de infraestrutura em todo o mundo. “Isso é algo inédito e facilitará a atração de investidores para a região, acessando mercados que hoje não possuem

conhecimento dessas oportunidades”, explicou.

Parceria

O representante do BID no Brasil, Morgan Doyle, chamou atenção para a parceria do organismo internacional com o BNDES. “O BNDES é um parceiro fundamental para o BID. Por meio da plataforma, entre outras iniciativas conjuntas, vamos viabilizar grandes investimentos sustentáveis que contribuirão para a recuperação de nossas economias. Este é o nosso guia para a recuperação sustentável da região, a nossa Visão 2025”, observou.

O acesso ao Hub de Projetos também pode ser feito pelo site do Monitor de Investimentos, que é a plataforma digital do Ministério da Economia lançada na última segunda-feira (9). Ela apresenta as projeções de investimentos no Brasil. “Pelo site é possível ter acesso a dados de diferentes setores e de projetos específicos”, revelou o BNDES. (Agência Brasil)

No Senado, diretor do FNDE fala sobre obras em creches e escolas

Em depoimento aos senadores na Comissão de Educação (CE) do Senado, na quarta-feira (11), o diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Gabriel Vilar, afirmou que há 2.581 obras de escolas e creches inacabadas com recursos do fundo, aprovadas entre 2007 e 2022. Pelo levantamento apresentado aos parlamentares, o custo dessas obras é de R\$ 2,389 bilhões. Mais da metade, cerca de R\$ 1,274 bilhão, já foi pago.

Na lista apresentada pelo gestor consta que 352 nem foram iniciadas, apesar de pagos 100% dos recursos necessários. Segundo Vilar, desde 2017 o FNDE conseguiu recuperar para o Tesouro Nacional R\$ 220 milhões,

de cerca de R\$ 800 milhões perdidos. A autarquia também está negociando com as prefeituras a repactuação de 1.587 dessas obras. A expectativa é que elas sejam retomadas sem prejuízo ao erário.

Sobre as investigações de irregularidades na autarquia, Gabriel Vilar negou conhecer os pastores evangélicos Gilmar Santos e Arilton Moura. Os religiosos são acusados de pedir propina a prefeitos em troca da liberação de recursos do FNDE. Vilar afirmou que o FNDE tem cooperado com a CGU nas investigações e que, no caso das obras, sugeriu o aperfeiçoamento das normas, para que o fundo possa cobrar a conclusão das construções e aprimorar os processos de controle.

Outro ponto questionado por senadores da Comissão Vilar foi

a atuação de Darwin Einstein Lima, acusado de conflito de interesse por ter sido ao mesmo tempo consultor do FNDE e sócio de uma empresa executora de obras com recursos do fundo. Sobre o assunto, Vilar explicou que sua diretoria tem 72 consultores, contratados após processo seletivo público e transparente, e que “não tem como controlar a vida privada deles”. Ele admitiu que foi vizinho de Darwin, mas atribuiu o fato a uma coincidência. O gestor acrescentou que Darwin Lima não é mais consultor do FNDE, em razão do fim de seu contrato temporário.

Nas próximas reuniões senadores do colegiado querem ouvir o atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, que era secretário-executivo da pasta na

gestão de Milton Ribeiro e já teve o convite aprovado pelo colegiado. Godoy falou sobre o assunto na quarta-feira (11) em audiência conjunta das Comissões de Educação e Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

Outra autoridade que deve ser chamada a dar explicações é o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário. Senadores querem que ele esclareça a atuação do órgão de controle em relação às denúncias. Nesse caso, ainda há divergências entre parlamentares da base governista e de oposição sobre se a ida dele ao Senado deve ser feita por convocação, que implica em comparecimento obrigatório, ou por convite, cuja participação é facultativa. (Agência Brasil)

Enem 2022 tem 1 milhão de inscritos no primeiro dia

O ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, anunciou que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2022 registrou 1 milhão de inscritos em apenas um dia. Os candidatos têm até o dia 21 de maio para fazerem a inscrição. Se esse ritmo for mantido, a previsão é de que o total supere o do ano passado, quando 3 milhões de estudantes se inscreveram para a prova.

Para a inscrição ser efetivada, é preciso pagar a taxa de R\$ 85. O pagamento pode ser feito por PIX, cartão de crédito ou por boleto bancário até o dia 27 deste mês.

Os estudantes que obtiveram o direito à isenção desse valor (como os alunos da rede pública) também devem se inscrever ou não poderão prestar o Enem. O interessado em prestar o Enem 2022 deve acessar a página do participante.

No momento da inscrição, o candidato escolhe se quer fazer a prova de língua estrangeira em inglês ou espanhol. Ele escolhe também se quer o exame impresso ou digital e diz se precisa de algum atendimento especial (acessibilidade, por exemplo).

O estudante também preenche um questionário socioeconômico, informa se já concluiu o ensino médio e outras informações cadastrais.

As provas serão nos dias 13 e 20 de novembro. Pela primeira vez, o candidato poderá apresentar a versão digital de documento de identificação no dia da prova. Serão aceitos e-título, Carteira de Habilitação Digital ou RG Digital. O candidato deverá abrir o aplicativo e apresentar ao fiscal. Capturas de tela não serão aceitas. (Agência Brasil)

Polícia Federal desativa garimpo ilegal em Ouro Preto

A Polícia Federal (PF) desativou um garimpo ilegal de ouro que funcionava clandestinamente no distrito de Antônio Pereira, no município de Ouro Preto, em Minas Gerais. A operação foi realizada na terça-feira (10).

Os policiais apreenderam os equipamentos e conduziram seis garimpeiros para prestarem depoimentos na

sede da Polícia Federal, em Belo Horizonte.

De acordo com a PF, o crime de garimpo ilegal está previsto no art. 55 da Lei 9605/98, com pena de seis meses a um ano de detenção e multa. Também está tipificado no art.2 da Lei 8.176/91, com pena de detenção de um a cinco anos. (Agência Brasil)

STF lança plataforma para ampliar divulgação de dados

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou na quarta-feira (11) uma plataforma para facilitar o acesso público à base de dados do tribunal. Com o Programa Corte Aberta, o STF reuniu informações em um único ambiente virtual, permitindo a combinação de filtros e o cruzamento de dados.

Na plataforma, os interessados podem obter informações sobre o número de processos em tramitação, processos prontos para julgamento, ações relacionadas por temas e quantidade de decisões proferidas. Estão disponíveis informações a

partir do ano 2000.

No lançamento da plataforma, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, disse que o programa incrementa a transparência e a governança dos dados da Corte.

“O Programa Corte Aberta é um compromisso perene do STF com a transparência ativa e o diálogo com o cidadão brasileiro. Trata-se de um trabalho longe de ser finalizado, que seguirá permanente e cujos resultados serão periodicamente reavaliados e constantemente aprimorados”, disse. (Agência Brasil)

Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 62.285.390/0001-40 - NIRE 3530012760-9
DECLARAÇÃO DE PROPOSITO
Rodrigo Augusto Poso Soares - CPF/ME nº 172.596.998-09, Declara, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrito no CNPJ/ME nº 62.285.390/0001-40.
Esclarece que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SFB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Dorsf mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Gerência Técnica em São Paulo - I (GTSP1), Av. Paulista, 1.804, 5º andar, 01310-922, São Paulo - SP.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E442-8ABC-BEA0-142F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E442-8ABC-BEA0-142F



Hash do Documento

06C960143E977E8922FE938A3F5D6592B336665EB5808FA8AB25077631EA595A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 12/05/2022 07:19 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



BPP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BCB), a Administração da BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de DEZEMBRO DE 2021. A BPP oferece uma conta digital e um cartão pré-pago internacional VISA, controlado por um aplicativo desenvolvido para smartphones nas plataformas Android e iOS, gerando significativamente a complexidade e os custos da sua operação, reduzindo assim a facilidade e o controle de suas finanças. Em 09 de abril de 2018 a BPP foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Como instituição de pagamentos na modalidade de emissão de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial. Em 01 de outubro de 2021 a BPP foi adquirida pela Dock Soluções em Meio de Pagamentos e autorizada a troca do controle acionário pelo BCB, com publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021. Ressaltamos que as vendas em 2021, tiveram sua receita formada em 30% pelo produto Pix, focando em clientes indiretos de Saas, crescimento acelerado no segundo semestre. As receitas de Cobrança (boletins) também tiveram impacto positivo, com crescimento de 10% em comparação ao ano anterior. O produto Visa Travel Money (VTM), bastante relevante na composição de nossas receitas, teve seu volume impactado pela pandemia da COVID-19, considerando que seu uso está associado a viagens internacionais. Da mesma forma, o produto utilizado, ligado a promoções e campanhas à clientes conveniadas a agências e shopping centers, sofreu com a recente retração da economia. Com o arrefecimento da pandemia, estimamos a retomada de crescimento em ambos os produtos. Com base em nossa revisão, concluímos que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras refletidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BACEN. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passam a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular BACEN nº 3.959, de 4 de setembro de 2020, que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN e que estão contidos no Relatório de Administração. O plano de contas utilizado pela BPP segue o plano contábil aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BACEN. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passam a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular BACEN nº 3.959, de 4 de setembro de 2020, que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN e que estão contidos no Relatório de Administração. O plano de contas utilizado pela BPP segue o plano contábil aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em reais mil)	
ATIVO	
Ativo Circulante	
Disponibilidades	666.601
Títulos e Valores Mobiliários	184.907
Outros Créditos	2.407
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	178
Outros Créditos	178
Permanente	
Imobilizado	23.322
Intangível	26.438
Total do ativo	990.101

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em reais mil)	
PASSIVO	
Passivo Circulante	
Contas de Pagamento Pré Pago	466.841
Relações Interfinanceiras	161.505
Outras Obrigações	2.103
Fiscais e Previdenciárias	32.387
Obrigações por transações de pagamentos	9
Provisão para Contingências	715
Partes Relacionadas a Pagar	10
Diversos	5.098
Resultado de exercício líquido	291
Patrimônio líquido	21.451
Capital Social	70.736
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.618
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(152)
Prejuízos Acumulados	(55.722)
Total do passivo e patrimônio líquido	990.101

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)			
	01/07/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços	38.252	65.065	38.304
Receitas financeiras	9.248	10.865	9.453
Receita de Incentivo	76	361	-
Resultado Operacional	47.376	76.291	47.757
Despesas de Incentivo	(4.922)	(9.271)	(5.061)
Resultado Operacional	42.454	67.020	42.696
Custo dos serviços prestados	(20.570)	(34.171)	(17.235)
Lucro Bruto	22.144	34.049	25.461
Administrativas e gerais	(25.994)	(40.814)	(23.499)
Resultado de participações em controladas	-	-	-
Outras receitas e despesas	(3.069)	(6.069)	(4.333)
Lucro / Prejuízo Operacional	(6.919)	(12.834)	(2.371)
Resultado financeiro	(127)	(939)	175
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(7.046)	(13.773)	(2.196)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(7.046)	(13.773)	(2.196)
Lucro / Prejuízo Exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Última média de ações em circulação no exercício	89.916	89.916	85.046
Resultado Operacional	(0,078)	(0,153)	(0,027)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BACEN. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passam a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular BACEN nº 3.959, de 4 de setembro de 2020, que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN e que estão contidos no Relatório de Administração. O plano de contas utilizado pela BPP segue o plano contábil aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)			
	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2020	44.523	4.414	(14)
Aumento de capital social	13.214	(4.414)	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	778
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(5)
Saldo em 30 de junho de 2020	57.737	-	(19)
Aumento de capital social	-	-	(3.056)
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	(23)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.737	-	(41.949)
Aumento de capital social	-	-	(6.727)
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	13
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(12)
Saldo em 30 de junho de 2021	57.737	-	(48.676)
Aumento de capital social	12.999	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.618	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	(7.046)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.736	6.618	(181)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)			
	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2020	44.523	4.414	(14)
Aumento de capital social	13.214	(4.414)	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	778
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(5)
Saldo em 30 de junho de 2020	57.737	-	(19)
Aumento de capital social	-	-	(3.056)
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	(23)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.737	-	(41.949)
Aumento de capital social	-	-	(6.727)
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	13
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(12)
Saldo em 30 de junho de 2021	57.737	-	(48.676)
Aumento de capital social	12.999	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.618	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	(7.046)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.736	6.618	(181)

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)			
	01/07/2021	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do período	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Total do resultado abrangente do exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Outros resultados abrangentes	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Lucro / Prejuízo Exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Outros resultados abrangentes	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Total do resultado abrangente do exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)			
	01/07/2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Resultado de Participação de Controladas	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior/Avaliação Patrimonial	(152)	(140)	(3.646)
Juros sobre partes relacionadas	-	173	229
Aumento (Redução) de provisão para contingências	90	252	(474)
Depreciação e amortização	3.188	6.346	3.302
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo	(3.921)	(7.141)	(2.866)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(801)	(148.923)	17.577
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens de imobilizado e intangível	(1.748)	(3.230)	(1.590)
Investimentos no exterior	-	-	-
Aumento de capital	19.617	19.617	8.800
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	17.869	16.387	1.210
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	17.869	16.387	1.210
Aumento / Redução líquido de caixa	12.068	(132.536)	18.787
Caixa no início do exercício	5.898	155.502	136.715
Caixa no final do exercício	22.966	22.966	155.502
Aumento / Redução líquido de caixa	17.068	(132.536)	18.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional: A BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Rio Negro, 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 31/32, Edifício Padua, Alphaville Industrial, CEP: 06454-000. Tem como principal atividade a prestação de serviços de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitação a: a) prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades. Suas operações com o público em geral e com o sucesso de sua proposta e qualidade de seus produtos perante o público-alvo, atualmente concentram-se em adotar investimento em uma nova plataforma tecnológica e crescimento de suas operações. O plano de negócios da BPP prevê que o crescimento no volume produzido dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Em 09 de abril de 2018, a BPP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissão de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial. A BPP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações. Entre as medidas principais, está o cumprimento de um plano agressivo de negócios e, quando necessário, aportes financeiros dos acionistas. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BACEN. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passam a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular BACEN nº 3.959, de 4 de setembro de 2020, que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN e que estão contidos no Relatório de Administração. O plano de contas utilizado pela BPP segue o plano contábil aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e em 10 de dezembro de 2020 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

II. Ativos Intangíveis gerados internamente: Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. 1. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"): Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação de valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Anualmente, e se houver evidência, a BPP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 1. Contas de Pagamento Pré-Pago: Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débito e cartões digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R\$466.841 (R\$143.114 + 2020). 2. Relações Interfinanceiras: Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos, no montante de R\$161.505 (R\$21.138 + 2020), conforme disciplina a Circular BACEN nº 3.682, de 4 de novembro de 2013. 1. Obrigações por transações de pagamentos em moeda estrangeira: Referem-se a obrigações em moeda estrangeira em relação a clientes no exterior. 2. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: 1. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; 1. Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e a não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. 1. Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; 4. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas. 1. Rendas antecipadas: Corresponde a receita de Incentivo da Bandeira, conforme contrato e apropriada em conta de resultado. 0. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. 0 ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e o mesmo registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da BPP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 pelo que não se registrou nenhum correspondente a ajuste. 1. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efeitos de ajustes determinados pela legislação fiscal. 4. Lucro / Prejuízo por ação: É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício. 4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa: São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

7. Imobilizado: A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

13. Custos dos serviços prestados

	31.12.2021	31.12.2020
Computadores e periféricos	1.238	1.046
Benefícios em imóveis de terceiros	1.311	(992)
Móveis e Utensílios	637	(266)
Veículos	374	(199)
Máquinas e Equipamentos	104	(66)
Imobilizado em andamento	206	-
Sistema de comunicação	11	(8)
Total	6.599	4.429

	31.12.2021	31.12.2020
Valores a Receber	748	105
Créditos Tributários	1.985	1.606
Estoque	832	870
Débito Judicial	462	155
Outros	2.285	1.695
Total	6.312	4.429

	31.12.2021	31.12.2020
Carta Franca	178	-
Total	178	4.429

14. Despesas administrativas e gerais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em reais mil)

7. Imobilizado: A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

13. Custos dos serviços prestados

15. Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
--	------------	------------

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A840-2462-10E1-810E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A840-2462-10E1-810E



Hash do Documento

7188AFDEB66B79B8635FE621D1EFF6768F507D213615E1FF3A3C2EF19471531E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 12/05/2022 07:19 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



INSTITUTO YBI DE FOMENTO SOCIO CULTURAL

CNPJ nº 29.314.535/0001-19
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial - Jan a Dez/2021		Passivo		Desconto financeiro obtido	
ATIVO	206.678,29	PASSIVO	206.678,29	Rendimento aplicação financeira	785,48
Circulante	206.678,29	Circulante	15.332,91	Despesas (175.717,64)	
Disponível	206.358,29	Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	5.226,92	Despesas Com Pessoal	(44.000,00)
Bancos	96,78	Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	5.226,92	Salários e ordenados	(2.669,67)
Caixa	96,78	Salários e ordenados a pagar	3.405,44	1° salário	(12.230,00)
Bancos	206.261,51	IRRF sobre salários	183,51	FGTS	(3.813,34)
Depósitos Bancários a Vista	623,90	PIS sobre salários	40,00	Conta básica	(49.440,06)
Banco	623,90	Obrigações Previdenciárias	1.437,29	Pis sobre pagamento	(475,65)
Aplicacoes Financeiras Liquidez Imediata	205.637,61	INSS a receber	1.437,29	Despesas das Atividades	(22.653,92)
Banco	205.637,61	FGTS a receber	466,68	Despesas com camisetas	(1.072,32)
Outros Créditos	320,00	Fornecedores	9.805,99	Doações	(21.581,30)
Outros Créditos	320,00	Fornecedores	9.805,99	Despesas Administrativas	(37.785,85)
Tributos a Recuperar / Compensar	320,00	Fornecedores Nacionais	3.985,99	Assessoria Contábil	(7.199,00)
Tributos pagos a maior ou indevidamente	320,00	Fornecedores	9.805,99	Material de escritório	(95,00)
		Patrimônio Social	191.345,38	Suas diversas	(179,66)
		Superávit/Deficit	191.345,38	Prestadora Serviços	(12.647,13)
		Superávit/Deficit	191.345,38	Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
		Superávit Acumulados	191.345,38	Serviços de informática	(29,90)
		Superávit acumulados	191.345,38	Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.785,85)
				Assessoria Contábil	(7.199,00)
				Material de escritório	(95,00)
				Suas diversas	(179,66)
				Prestadora Serviços	(12.647,13)
				Serviços de Assessoria e Consultoria	(5.899,00)
				Serviços de informática	(29,90)
				Despesas com camisetas	(1.072,32)
				Doações	(21.581,30)
				Despesas Administrativas	(37.78

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B8A4-0D3A-4E9C-AC80> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B8A4-0D3A-4E9C-AC80



Hash do Documento

9B27C4B0434A28933397806DEA787F33F4C547B60487804D10BF5EBFE8F70AAA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 12/05/2022 07:19 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E124-5B96-EF6C-432B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E124-5B96-EF6C-432B



Hash do Documento

2A2402E62082E86EDB8EDF260EEE861C2E70C29E9A9780AD136C6AC805A3DE7B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 12/05/2022 07:19 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

